



LEI Nº 5.407, DE 05 DE AGOSTO DE 2004.

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2005.

PUBLICADO NO DOE Nº 148, DE 06-08-2004

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º– Em atendimento ao disposto no art. 178, II, § 2º, da Constituição Estadual, e em cumprimento ao art. 9º da Lei Complementar Estadual nº05, de 12 de julho de 1991, esta Lei estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2005, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da Administração Pública Estadual;
- II – a organização e a estrutura dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração dos orçamentos, fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas e a sua execução;
- IV – as disposições relativas à política de pessoal;
- V – as disposições sobre alterações na legislação tributária estadual;
- VI – o equilíbrio sobre receitas e despesas;
- VII – critérios e formas de limitação das despesas;
- VIII – normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- IX – os seguintes anexos:
 - a) de prioridades e metas da Administração Pública Estadual;
 - b) metas fiscais;
 - c) riscos fiscais.

Parágrafo único – As metas fiscais, estabelecidas no anexo desta Lei, poderão ser ajustadas pelo Poder Executivo no Projeto da Lei Orçamentária, se verificado, quando da sua elaboração, que o comportamento das variáveis macroeconômicas e da execução das receitas e despesas indica a necessidade de revisão.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º – Constituem princípios e metas prioritárias da Administração Pública Estadual:

- I – transparência administrativa e participação popular;
- II – erradicação da pobreza;
- III – desenvolvimento sustentável;
- IV – segurança pública;
- V – modernização administrativa.

Art. 3º – As prioridades e metas do orçamento para o exercício financeiro de 2005 são apresentadas em anexo e são compatíveis com o Plano Plurianual para o período de 2004/2007, sendo entendidas como atualizações deste.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º – Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual e em suas atualizações;

II – atividade, instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto, instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, nem geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º – Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, em conformidade com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, e suas posteriores alterações.

Art. 5º – Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recurso e grupos de despesas, a seguir especificados:

a. DESPESAS CORRENTES

- Pessoal e Encargos Sociais;
- Juros e Encargos da Dívida;
- Outras Despesas Correntes.

b. DESPESAS DE CAPITAL

- Investimentos;
- Inversões Financeiras;
- Amortização da Dívida.

Art. 6º – Os orçamentos fiscal e da seguridade social devem compreender a programação dos Poderes do Estado, Fundos, Órgãos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 7º – O Projeto de Lei Orçamentária, a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Assembléia Legislativa no prazo definido pela Complementar Estadual nº 05, de 12 de julho de 1991, será constituído de:

- I – Mensagem;
- II – Texto do Projeto de Lei;
- III – Anexo I – Das Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- IV – Anexo II – Das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- V – Anexo III – Da Receita e da Despesa do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais;
- VI – Quadros consolidados que acompanham o Projeto de Lei.

Parágrafo único – Os quadros consolidados a que se trata o inciso VI, do “caput” deste artigo, se referem às seguintes informações:

- a) legislação da receita;
- b) resumo geral da receita segundo as categorias econômicas, natureza e fontes;
- c) receita corrente líquida;

- d) resumo geral da despesa referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- e) evolução da receita e despesa, por categoria econômica;
- f) despesa por fonte de recursos e categoria econômica;
- g) despesa por função, desdobrada nos orçamentos fiscal e de seguridade social;
- h) despesa por função, desdobrada em projetos e atividades;
- i) despesa por função, sub-função e programa, desdobrada em recursos do tesouro e outras fontes;
- j) aplicação de recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art.224 da Constituição Estadual;
- k) despesa por poder e órgão, desdobrada nos orçamentos fiscal e de seguridade social, por categoria econômica;
- l) despesa por poder, órgão e unidade orçamentária, desdobrada em recursos do tesouro e outras fontes;
- m)despesa por órgão e função;
- n) estoque da dívida financeira do Estado;
- o) recursos destinados a investimentos, por órgãos;
- p) quadro do impacto sobre as Receitas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza fiscal;
- q) despesa por Poder, Órgão e Unidade Orçamentária, segundo categoria de programação, esfera orçamentária, fonte de recursos, grupos de despesas;
- r) programação referente ao atendimento da aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Art. 8º – As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público devem ser apresentadas à Secretaria de Planejamento, até o dia 20 de agosto de 2004, para a consolidação do Orçamento do Estado.

Parágrafo único: O somatório das dotações das instituições mencionadas no “*caput*” não poderá exceder o percentual definido pela média do somatório da participação destas nos orçamentos dos últimos 10 anos.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 9º – A Secretaria do Planejamento estabelecerá, em conformidade com esta Lei, os códigos a serem utilizados, bem como as normas operacionais a serem respeitadas no processo de elaboração da proposta orçamentária de 2005.

Parágrafo único – Para fins de identificação de recursos, o Poder Executivo poderá criar novas fontes de receitas durante a execução orçamentária, desde que de acordo com a legislação pertinente.

Art. 10 – O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2005, destacando-se pelo menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 11 – A Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 12 – O Projeto de Lei Orçamentária Anual deve conter as receitas e despesas orçadas segundo os preços vigentes em junho de 2004, podendo ser atualizados durante a execução orçamentária, pela aplicação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 13 – Respeitadas as disposições previstas em legislação específica, as receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, sociedades de economia mista, empresas públicas em que o Estado, direta e indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, somente poderão ser programadas para investimentos ou inversões financeiras, após o atendimento integral das necessidades relativas ao custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida e à destinação de contrapartida das operações de créditos.

Art. 14 – Até sessenta dias após a publicação dos orçamentos, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, através da Secretaria da Fazenda, em metas bimestrais de arrecadação.

Art. 15 – Na programação de investimentos da administração direta e indireta, a alocação de recursos para os projetos em execução terá preferência sobre os novos projetos.

Art. 16 – É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e nos seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas a entidades privadas sem fins lucrativos, dotadas de atividades de natureza continuada que prestem atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação.

Parágrafo único – Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2004, além da apresentação de:

I – cópia da lei que reconhece a entidade como sendo de utilidade pública, devidamente aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Piauí;

II – cópia autenticada da ata da última eleição e cópia autenticada da posse da diretoria em exercício;

III – declaração do Tribunal de Contas do Estado do Piauí comprovando adimplência quanto à prestação de contas de recursos recebidos do Tesouro Estadual.

Art. 17 – As operações de crédito interno e externo de responsabilidade do Estado e de suas autarquias e fundações observarão, quanto aos limites dos serviços da dívida, o disposto na legislação federal aplicável à espécie.

Art. 18 – Os Poderes deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2005, cronograma mensal de desembolso, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Art. 19 – A Procuradoria-Geral do Estado, até o dia 30 de julho de 2004, encaminhará à Secretaria da Fazenda a relação de precatórios judiciais referentes ao Poder Executivo, à Comissão de Controle e Fiscalização, Finanças e Tributação e aos órgãos ou entidades devedoras, a relação dos débitos a serem incluídos na proposta orçamentária de 2004, discriminada por órgão da Administração Direta, autarquia ou fundação, conforme detalhamento do Art. 7º desta Lei especificando:

I – Número do precatório;

II – número do processo;

III – data de expedição do precatório;

IV – nome do beneficiário;

V – tipo de causa julgada;

VI – valor do precatório a ser pago;

VII – data do trânsito em julgado;

VIII – unidade ou órgão responsável pelo débito.

Parágrafo único – A destinação dos recursos para o pagamento dos débitos referidos neste artigo não poderão ser destinados ou cancelados para outras finalidades.

Art. 20 – Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta lei, a lei orçamentária e as de créditos adicionais somente incluirão novos programas se:

- I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e atividades em andamento;
- II – for previamente comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira;
- III – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa;
- IV – tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

Parágrafo único – Para fins de aplicação no disposto no *caput* deste artigo, não serão considerados projeto e atividade com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores, e serão entendidas como Projeto/Atividade em andamento aqueles cuja execução financeira, até 27 de junho de 2005, ultrapassa vinte por cento do seu custo estimado.

Art. 21 – Na programação de investimentos da administração direta e indireta, a alocação de recursos para os projetos em execução terá preferência sobre os novos projetos.

Art. 22 – Na programação da despesa não poderão ser:

- I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas unidades executoras;
- II – incluídos os projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão;
- III – incluídas despesas a título de Investimento de Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos na forma do art. 180, § 3º, da Constituição Estadual.

Parágrafo único – Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que provavelmente não possam ser desempenhados por servidores ou empregados da administração direta ou indireta do Estado, publicando-se no Diário Oficial do Estado, além do contrato, a justificativa e a autorização para o mesmo, além do custo total dos serviços e o prazo para sua inclusão.

Art. 23 – São vedados:

- I – o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual ou em Lei específica;
- II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
- IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas:
 - a) a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 172 da Constituição Estadual;
 - b) a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212 da Constituição Federal;
 - c) a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 178, § 8º da Constituição Estadual, e as que tenham como objetivo específico o refinanciamento da dívida pública do Estado.
- V – a abertura de crédito suplementar ou especial, sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
- VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 178, § 5º da Constituição Estadual;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º – Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 2º – A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 75, §§ 3º e 4º, da Constituição Estadual.

Art. 24 – **V E T A D O.**

Art. 25 – Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, será fixada limitação, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes e do Ministério Público do Estado no Orçamento, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º – Na hipótese da ocorrência do disposto no “*caput*” deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público do Estado, acompanhado da memória de cálculo, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 2º – Os Poderes e o Ministério Público, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicarão até o fim do mês subsequente ao bimestre em questão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do “*caput*”, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

Art. 26 – A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específica as dotações destinadas:

- I – à concessão de subvenções econômicas e subsídios;
- II – à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;
- III – ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão da unidade orçamentária responsável pelo débito;
- IV – às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e
- V – ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

CAPÍTULO IV **DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 27 – O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social e contará, entre outros, com recursos provenientes:

- I – receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata este artigo;
- II – outras receitas do Tesouro Estadual;
- III – convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades que integram o orçamento da seguridade social;
- IV – aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

- V – transferências da União para este fim;
- VI – contribuições previdenciárias dos servidores na ativa.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Art. 28 – O orçamento de investimento, previsto no art. 178, § 5º, inciso II, da Constituição Estadual, será apresentado para cada empresa pública e sociedade de economia mista em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, independentemente de constar ou não do orçamento fiscal, e será detalhado segundo a classificação funcional, em nível de projeto e atividade.

§ 1º – Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária a que se refere este artigo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão consideradas investimentos as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuadas as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

§ 2º – O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referido neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

- I – gerados pela empresa;
- II – oriundos de transferências do Estado;
- III – oriundos de operações de crédito externas;
- IV – oriundos de operações de crédito internas;
- V – decorrentes de participação acionária do Estado; e
- VI – de outras origens.

§ 3º – As empresas cuja programação conste integralmente no orçamento fiscal ou no orçamento da seguridade social não integrarão o orçamento de investimento das estatais.

Art. 29 – As empresas integrantes do orçamento de investimentos aplicarão, no que couber, as normas gerais estabelecidas na Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, inclusive para fins de consolidação dos orçamentos e da prestação das contas da Administração Pública Estadual.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA DE PESSOAL

Art. 30 – As despesas totais com pessoal, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, não poderão exceder os percentuais previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º – A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no “*caput*” deste artigo será realizada ao final de cada quadrimestre.

§ 2º – As propostas orçamentárias referentes ao grupo pessoal e encargos sociais serão calculadas com base na despesa com a folha de pagamento vigente em junho de 2004, projetada para o exercício de 2005, considerando os eventuais acréscimos gerais, alterações de planos de carreiras e admissões para preenchimento de cargos.

Art. 31 – Para fins de atendimento ao disposto no art.182, da Constituição Estadual, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, conforme lei específica, observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único – Para fins de comprovação do atendimento dos limites referidos no “*caput*”, o Poder Legislativo, nele compreendidos a Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado, o Poder Judiciário e o Ministério Público enviarão à Secretaria do Planejamento demonstrativo das modificações de que trata o “*caput*” deste artigo, junto

com suas respectivas propostas orçamentárias, demonstrando sua compatibilidade com o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32 – **V E T A D O.**

Art. 33 – Respeitados os limites impostos pela Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, fica autorizada a realização de concurso público para os seguintes órgãos e entes da Administração Pública Estadual, direta, indireta e fundacional, estendendo-se aos demais órgãos que venham a possuir cargos vagos em sua estrutura.

Poder Executivo:

| Cargo | vagas |
|------------------------------|-------|
| • Professor Efetivo (FACIME) | 40 |
| • Piloto de Aeronave | 06 |

Tribunal de Justiça:

| Cargos | Vagas |
|--------------------------|-------|
| • Juiz Substituto | 20 |
| • Auditor | 04 |
| • Contador | 01 |
| • Oficial de Imprensa | 01 |
| • Assistente Social | 02 |
| • Consultor Judiciário | 04 |
| • Taquígrafo Judiciário | 03 |
| • Analista de Sistema | 02 |
| • Arquivologista | 01 |
| • Técnico de Informática | 05 |

4ª Entrância:

| Cargos | Vagas |
|---|-------|
| • Tabelião | 15 |
| • Serventuários e/ou funcionários cartorários oficializados | 30 |
| • Escrivão Judicial | 20 |
| • Escrevente Cartorário | 23 |
| • Oficial de Justiça Avaliador | 20 |
| • Oficial Judiciário | 02 |
| • Auxiliar Judiciário | 10 |

3ª Entrância:

| Cargos | Vagas |
|---|-------|
| • Tabelião | 25 |
| • Serventuários e/ou funcionários cartorários oficializados | 50 |
| • Escrivão Judicial | 11 |
| • Escrevente Cartorário | 04 |
| • Oficial de Justiça Avaliador | 10 |
| • Oficial Judiciário | 07 |
| • Auxiliar Judiciário | 02 |

2ª Entrância:

| Cargos | Vagas |
|---|-------|
| • Tabelião | 30 |
| • Serventuários e/ou funcionários cartorários oficializados | 60 |

| | |
|--------------------------------|----|
| • Escrivão Judicial | 03 |
| • Escrevente Cartorário | 07 |
| • Oficial de Justiça Avaliador | 05 |
| • Oficial Judiciário | 05 |
| • Auxiliar Judiciário | 02 |

1ª Entrância:

| Cargos | Vagas |
|---|-------|
| • Tabelião | 30 |
| • Serventuários e/ou funcionários cartorários oficializados | 60 |
| • Escrivão Judicial | 13 |
| • Escrevente Cartorário | 08 |
| • Oficial de Justiça Avaliador | 16 |
| • Oficial Judiciário | 18 |
| • Auxiliar Judiciário | 05 |

Parágrafo único – Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei Orçamentária dotação específica e recursos suficientes para a realização dos concursos de que trata o “caput” .

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34 – O Poder Executivo, se verificada a necessidade ou a conveniência administrativa, poderá enviar à Assembléia Legislativa, antes do encerramento do exercício financeiro de 2004, projeto de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente no tocante a:

- I – revisão da legislação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, inclusive quanto à alteração de alíquotas, visando estabelecer critérios de seletividade compatíveis com a essencialidade das mercadorias;
- II – revisão da legislação da microempresa, com vistas à simplificação do regime de tributação a que a mesma está subordinada;
- III – revisão da legislação do imposto sobre propriedade de veículos automotores, com vistas à sua atualização;
- IV – revisão da legislação sobre taxas estaduais.

Art. 35 – Na hipótese de alteração na legislação tributária em vigor, posteriores ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual, fica o Poder Executivo autorizado a adotar providências necessárias para adequá-la às novas exigências do ordenamento legal, notadamente, no que se refere à estimativa da receita.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36 – A Secretaria do Planejamento, no prazo de até trinta dias contados da publicação da Lei Orçamentária Anual, disponibilizará no sistema utilizado para o controle dos registros contábeis do Estado o detalhamento da despesa no menor nível de programação, os elementos de despesa, por unidade orçamentária de cada órgão, fundo e entidade que integram os orçamentos.

Parágrafo único – As alterações orçamentárias que não implicarem em créditos adicionais, ou seja, mudanças na categoria de programação aprovada pela Assembléia Legislativa, serão implementadas pela Secretaria do Planejamento, a partir de solicitação dos

órgãos, e automaticamente cadastradas no sistema utilizado para o controle dos registros contábeis do Estado.

Art. 37 – As alterações no Orçamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público, inclusive as que se referem o artigo anterior, serão realizadas mediante solicitação à Secretaria do Planejamento, que analisará o conteúdo programático e a técnica orçamentária e dará o encaminhamento adequado.

Art. 38 – Todos os órgãos e entidades da administração pública estadual deverão fazer constar de sua proposta orçamentária, se for o caso, a previsão de recursos a serem por eles arrecadados.

§ 1º – Os recursos arrecadados por quaisquer órgãos e entidades da administração pública estadual deverão, obrigatoriamente, transitar pela conta única do Estado, salvo quando se tratar de órgãos e entidades cuja arrecadação de receita que por força de lei tenha tratamento diferente.

§ 2º – As receitas correspondentes, inclusive de fundos, serão ainda devidamente classificadas e contabilizadas no sistema utilizado para o registro contábil do Estado.

Art. 39 – Os Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público, enviarão à Secretaria do Planejamento, à Secretaria de Fazenda e à Assembléia Legislativa, até o dia trinta do mês seguinte, cópias do quadro demonstrativo da execução orçamentária, da relação de empenhos emitidos e da ficha de registros de movimentação bancária, para fins de controle da execução financeira e orçamentária do Estado.

Art. 40 – Caso o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2005 não seja aprovado até 31 de dezembro de 2004, a programação financeira-orçamentária será executada conforme a Lei Orçamentária Anual de 2004.

Art. 41 – O Poder Executivo disponibilizará, inclusive por meios eletrônicos, o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como as prestações de contas consolidadas anualmente apuradas no respectivo Balanço Geral do Estado, e os relatórios resumidos da execução orçamentária e o de gestão fiscal.

Art. 42 – O Poder Executivo, através da Secretaria de Planejamento, durante o processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual relativo ao exercício de 2005, realizará audiências públicas para analisa-lo, e a Assembléia Legislativa, por intermédio da Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação, até dez dias após o recebimento do aludido projeto, realizará audiências públicas, visando amplo debate da matéria, com a participação aberta aos cidadãos da sociedade civil piauiense.

Art. 43 - A fim de subsidiar as propostas orçamentárias dos órgãos e entes integrantes da Administração Pública Estadual, direta, indireta e fundacional, mormente no que tange à observância dos percentuais da receita líquida aplicáveis à despesa total com pessoal, o Poder Executivo colocará à disposição dos interessados, inclusive por meio eletrônico, até 31 de julho de 2004, os estudos e as respectivas memórias de cálculos elaborados sobre as estimativas das receitas do Estado, inclusive a corrente líquida, referentes ao exercício de 2005.

Art 44 - Para efeito de cálculo do limite das despesas com pessoal, conforme dispõe a Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, o percentual destinado ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, fica acrescido de 0,4% (quatro décimos por cento), que serão deduzidos do limite estabelecido para o Poder Executivo, que passa a dispor de 48,6% (quarenta e oito virgula seis por cento), mantido o valor já autorizado nesta lei.

Art. 45 - A lei orçamentária conterá reserva de contingência em montante de 2 a 3% (dois a três por cento) da receita corrente líquida, prevista para o exercício de 2005 e será destinada a atender às despesas não previstas ou com dotação insuficiente para pessoal e encargos sociais, pagamentos da dívida fundada e emendas parlamentares.

Art. 46 - Fica revogada a Lei n.º 5.185, de 1º de março de 2001.

Art. 47 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 05 de agosto de 2004.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

Anexo I

PRIORIDADES E METAS

PODER LEGISLATIVO

| ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA | |
|---------------------------|---|
| PROGRAMA | METAS |
| 01 – Processo Legislativo | <ul style="list-style-type: none">• Coordenação Geral da assembleia Legislativa• Pagamento de Aposentados da Assembleia Legislativa• Apoio de Gabinete• Despesas de Pessoal de Exercícios Anteriores• Construção do Anexo ao Prédio da Assembleia Legislativa |

| TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO | |
|---|--|
| PROGRAMA | METAS |
| 02 – Fiscalização Financeira e Orçamentária | <ul style="list-style-type: none">• Capacitação de Recursos Humanos• Modernização da frota de veículos• Alteração do plano de Cargos e Salários• Regionalização das ações do TCE• Realização de concurso Público para o preenchimento de vagas no quadro permanente• Construção do prédio anexo• Modernização do TCE e ampliação do sistema de informatização. |

| PODER JUDICIÁRIO | |
|--------------------------|--|
| PROGRAMA | METAS |
| 03 – Processo Judiciário | <p>Aquisição de equipamentos para o Centro de Processamento de Dados e Setor Gráfico</p> <ul style="list-style-type: none">• Concurso para provimento de vagas para cargos de carreira de Servidor na Capital e Interior• Pagamento de diferença salarial (URV e redutor salarial) de magistrados e servidores do Poder Judiciário Estadual, bem como diferenças referentes à Lei nº 5.360/03, de 18.12.2003• Construção do fórum de Teresina• Instalação de novas comarcas• Implantação de novos juizados especiais cíveis e criminais nas comarcas da capital e Interior• Instalação de novas varas judiciárias nas comarcas da capital e Interior criadas pela Lei n ° 5.204/01• Prosseguimento das obras de adaptação do edifício sede• Reforma e construção de fórum e juizados especiais na capital e Interior• Qualificação, reciclagem e atualização de recursos humanos/treinamentos• Manutenção da estrutura administrativa do Poder Judiciário estadual. |

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

| PROGRAMA | METAS |
|---|--|
| 02 – Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa | Serviços de administração Financeira e Controle Externo <ul style="list-style-type: none">• Funcionamento do Centro de Apoio Operacional da fiscalização Orçamentária – Controle Externo e Interno• Representação e Defesa do Interesse Público• Prosseguimento da Renovação da frota de Veículos• Apoio às Promotorias da capital e Comarcas do Interior• Apoio aos DECONs da capital e Interior do Estado• Criação de novos DECONs nas comarcas interioranas• Prosseguimento de implantação de cargos e salários dos Servidores do Ministério Público Coordenação Geral <ul style="list-style-type: none">• Realização de Concurso Públicop/235 téc. Administrativo: 60 nível superior e 175 nível médio• Ampliação do sistema de informação na Capital e comarcas interioranas• Manutenção da estrutura administrativa do Ministério Público• Construção de 50 sedes de Promotorias nas Comarcas Interioranas• Construção da nova sede da Procuradoria Geral de Justiça Programa de apoio a Escola Superior do Ministério Público <ul style="list-style-type: none">• Capacitação de recursos Humanos. |
| 03 – Processo Judiciário | |
| 04 – Apoio administrativo | |
| 17 – Modernização da Gestão Pública | |
| 18 – Qualificação do trabalhador Público | |

PODER EXECUTIVO

GOVERNADORIA DO ESTADO

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 31 – Proteção Social e Promoção da Cidadania | | |
| * Apoio as entidades privadas/subvenções sociais | | n/q |

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-------------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 44 – Prevenção da violência | | |
| * Aquisição de programa de informática e inteligência para as polícias Civil e Militar | software | 05 |
| * Aquisição de equipamentos de segurança | equipamento | 3.000 |
| * Aquisição de viaturas equipadas com rádio para o policiamento | viatura | 302 |
| * Aquisição de um helicóptero mono-turbino para patrulhamento aéreo | helicóptero | 01 |
| * Campanhas de desarmamento da população | campanha | 12 |
| * Capacitação de agentes públicos na área de segurança pública | policial | 1.000 |
| * Cobertura policial do campus da Uespi no Grande Dirceu posto | policial | 01 |
| * Construção e Implantação de Delegacias | delegacia | 50 |
| * Manutenção das academias de polícia | academia | 02 |
| * Manutenção do grupamento aéreo especializado | grupamento | 01 |
| * Manutenção do Instituto de Criminalística e Medicina Legal | instituto | 03 |

| | | |
|---|--------------------|-----|
| * Manutenção dos centros integrados | centro integrado | 06 |
| * Reestruturar os Centros de Formação de Polícia em todo o Estado | centro de formação | 02 |
| * Regionalização das sedes das delegacias no Estado | delegacia | 13 |
| * Renovação e ampliação da frota de veículos das polícias Civil e Militar | motocicleta | 220 |

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|---------------|---------|
| | UNID. | QUANT. |
| 17 – Modernização da Gestão Pública | | |
| * Manutenção do Conselho Estadual de Educação | | n/q |
| 52 – Democratização da Cultura e da Produção Artística | | |
| * Apoio às atividades culturais e turísticas | | n/q |
| * Instalação do Memorial Zumbi dos Palmares | memorial | 01 |
| * Editoração de obras clássicas da historia e da geografia piauiense | livro | 50.000 |
| * Instalação da Biblioteca Pública Estadual na cidade de Parnaíba | biblioteca | 01 |
| 59 – Democratização do Acesso à Escola | | |
| * Capacitação de professores de educação infantil | professor | 1.144 |
| * Correção do fluxo escolar nas escolas de educação infantil | unidade | 143 |
| * Cursinhos populares de acesso à universidade | aluno | 17.968 |
| * Escola aberta nas escolas estaduais | escola | 692 |
| * Expansão da rede física da educação especial | unidade | 07 |
| * Expansão da rede física do ensino médio (projeto alvorada) | m2 | 30.332 |
| * Gerenciamento dos recursos do FUNDEF - fundo de valorização do magistério | | n/q |
| * Instalação de escolas profissionalizantes | | n/q |
| * Manutenção da rede estadual de ensino | escola | 879 |
| * Piauí alfabetizado (nova abolição) | alfabetizando | 150.000 |
| * Universalização do ensino médio | aluno | 179.681 |
| 60 – Elevação do Padrão de Qualificação da Rede Pública de Educação | | |
| * Água na escola | escola | 50 |
| * Aquisição de quadros de acrílico para a rede pública estadual | | n/q |
| * Capacitação de professores para o ensino médio (PROMED) | professor | 12.000 |
| * Correção do fluxo escolar | escola | 644 |
| * Elevação do inst. Educação Antonino Freire à condição de instituto superior de educação | unidade | 01 |
| * Expansão da rede física da educação profissional (PROEP) | unidade | 10 |
| * Gerenciamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE | aluno | 89.459 |
| * Gerenciamento dos rec. do Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE nas escolas de ensino médio | unidade | 364 |
| * Gerenciamento dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE nas escolas de ensino fundamental | unidade | 341 |
| * Gestão democrática das escolas estaduais | escola | 879 |
| * Implantação do ensino de informática na rede pública do estado | | n/q |
| * Inclusão digital nas escolas de ensino de jovens e adultos | unidade | 556 |
| * Inclusão digital nas escolas | escola | 879 |
| * Melhoria da infra-estrutura física de educação de jovens e adultos | unidade | 556 |
| * Melhoria da infra-estrutura física das escolas | escola | 879 |
| * Melhoria do ensino noturno | escola | 556 |
| * Merenda escolar nas escolas de educação de jovens e adultos (fazendo escola) | unidade | 556 |
| * Merenda escolar nas escolas | aluno | 188.430 |
| * Proposta pedagógica contextualizada | escola | 879 |
| * Recursos materiais e tecnológicos de apoio à educação | escola | 879 |
| * Reforma, ampliação e construção de unidades escolares | | n/q |

| | | |
|--|---------------------|--------|
| * Transporte escolar | alunos | 28.279 |
| * Elaboração e edição do Manual Básico de Educação Ambiental | Material Pedagógico | 50.000 |
| 61 - Valorização dos profissionais da educação | | |
| * Capacitação de pessoal técnico administrativo (PROEP) | unidade | 80 |
| * Capacitação de professores | professor | 10.100 |
| * Capacitação de recursos humanos para a educação à distância (SEED/MEC) | servidor | 300 |
| * Fomento à formação em nível de pós-graduação dos profissionais da educação (SEED/MEC) | servidor | 10 |
| * Gerenciamento, no estado, do programa de capacitação à distância para gestores escolares – progestão | unidade | 250 |
| * Gerenciamento, no estado, do programa de formação de professores em exercício - proformação (SEED/MEC) | unidade | 1.124 |
| 62 - Gestão das políticas públicas do setor educacional | | |
| * Acompanhamento e avaliação do Plano Estadual de Educação | | n/q |
| * Gerenciamento do censo escolar da educação básica | | n/q |
| * Modernização da Secretaria de Estado da Educação e Cultura – SEDUC | | n/q |
| * Sistema estadual de avaliação da educação básica | | n/q |
| 63 - Escola Ideal | | |
| * Ampliação da jornada escolar da escola básica ideal | escola | 287 |
| * Apoio ao educando da escola básica | unidade | 39.066 |
| * Gerenciamento, no estado, do programa estadual da escola básica ideal | | n/q |
| * Reestruturação da rede pública de ensino da escola básica ideal | escola | 287 |

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|------------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 64 – Desenvolvimento do Ensino Superior | | |
| * Ampliação e reforma de prédios de campus da Uespi | sala | 35 |
| * Reforma e adaptação no prédio da Facime | sala | 02 |
| * Aquisição de Acervo Bibliográfico | unidade | 2400 |
| * Concurso Vestibular – 2004 | unidade | 01 |
| * Cursinho Preparatório para o vestibular | unidade | 23 |
| * Ensino de Graduação | aluno | 44818 |
| * Ensino de Graduação - Regime Especial | aluno | 4188 |
| * Ensino de Graduação/Cursos Sequenciais | unidade | 775 |
| * Extensão Universitária e Assistência Comunitária | unidade | 36 |
| * Fórum de Graduação | unidade | 01 |
| * Infomatização da FUESPI | unidade | 09 |
| * Instalação de Central de Refrigeração nos Setores Administrativos da UESPI | unidade | 04 |
| * Monitoria Para Cursos de Graduação | unidade | 52 |
| * Pesquisa e Pós-Graduação | unidade | 800 |
| * Plano de Segurança para UESPI | unidade | 01 |
| * Política de Incentivo à Produção Artística | unidade | 35 |
| * Reconhecimento de Curso | unidade | 20 |
| * Reforma e Ampliação dos Campi da UESPI | unidade 05 | |

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PIAUÍ

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 52 – Democratização da Cultura e da Produção Artística | | |
| * Apoio à circulação das expressões artísticas | unidade | 150 |
| * Apoio às manifestações artísticas e festividades | unidade | 250 |
| * Arte educação como política de inclusão | unidade | 100 |
| * Atividades do calendário cultural do Piauí | unidade | 200 |
| * Centro Técnico de Formação Teatral | unidade | 150 |

| | | |
|--|---------|-------|
| * Cine-móvel | unidade | 96 |
| * Comemoração do Dia Estadual da Consciência Negra | unidade | 09 |
| * Concursos literários | unidade | 01 |
| * Descentralização das ações culturais da FUNDAC | unidade | 300 |
| * Encontro Nacional de Folguedos | unidade | 01 |
| * Feira popular de artes | unidade | 40 |
| * Festival Cantos do Piauí | unidade | 72 |
| * Festival Nacional de Cinema e Vídeo com Produção de Curtas Metragens | unidade | 01 |
| * Implementação do Plano Editorial da FUNDAC | unidade | 5.000 |
| * Manutenção das atividades do Salão Internacional de Humor | unidade | 01 |
| * Manutenção do sistema de incentivo estadual à cultura | unidade | 01 |
| * Manutenção e atividades do sistema estadual de bibliotecas | unidade | 01 |
| * Projeto Seis E Meia | unidade | 12 |
| * Salão de Artes Plásticas | unidade | 100 |
| 53 - Pesquisa, resgate e preservação do patrimônio histórico | | |
| * Ações culturais e interpretação de sítios arqueológicos para visitação pública | unidade | 07 |
| * Cadastro dos conjuntos de valor histórico e arquitetônico | unidade | 200 |
| * Construção, reforma e restauração de memoriais | unidade | 100 |
| * Educação para o patrimônio cultural | unidade | 100 |
| * Instalação de núcleo de microfilmagem e digitalização do arquivo público do estado | | n/q |
| * Memória fotográfica | unidade | 11 |
| * Piauiensidade | unidade | 04 |
| * Projeto monumenta | | n/q |
| * Realização de atividade pedagógica no museu do Estado do Piauí | serviço | 06 |
| * Reestruturação e modernização das casa de cultura da capital e do interior | unidade | 22 |
| * Revitalização e promoção de grupos de expressão popular tradicionais | unidade | 45 |

FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 69 – Desenvolvimento do Esporte | | |
| * CIEP – Centro Integrado Esportivo do Piauí | unidade | 01 |
| * Circuito Piauiense de Pedestrianismo | unidade | 01 |
| * Corpo – Centro Olímpico Rio Poti | unidade | 01 |
| * Encontro Estadual de Gestores de Esportes | unidade | 01 |
| * Fóruns Regionais de Esportes | unidade | 12 |
| * I Copa Piauiense de Esporte Amador | unidade | 01 |
| * Jogos Abertos dos Municípios | unidade | 01 |
| * Jogos da Juventude | unidade | 100 |
| * Jogos do Servidor Público | unidade | 01 |
| * Jogos Escolares Piauienses - JEPs | unidade | 01 |
| * Lazer na Cidade | unidade | 7.000 |
| * Manutenção de Espaços Públicos Desportivos | unidade | 15 |
| * Manutenção do Fundo de Incentivo ao Esporte e Lazer do Estado do Piaui - FIEL | n/q | |
| * Manutenção e Reforma das Praças Desportivas | unidade | 18 |
| * Pintando a Liberdade | unidade | 150 |
| * Projeto Navegar | unidade | 200 |
| * Qualificação e Capacitação de Esportistas | unidade | 100 |
| * Reforma e Melhoria do Estádio Deusdeth Melo | unidade | 01 |
| * Reforma e melhoria do Estádio “Albertão” | estádio | 01 |
| * Reforma e melhoria do Ginásio “Verdão” – Transformação em Palácio do Esporte | ginásio | 01 |

FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 12 - Educação a Distância | | |
| * implantação e expansão da rádio e televisão educativa | município | 223 |
| * preenchimento gradativo da grade de programação para a rádio e televisão | programa | 08 |

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|--|---|
| | UNID. | QUANT. |
| 06 - Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cultura da Mamona | | |
| * Assistência Técnica a Produtores de Mamona | produtor | 1.530 |
| * Capacitação para Cultivo da Mamona | produtor | 1.530 |
| * Distribuição de Sementes de Mamona | tonelada | 68 |
| * Incentivo a Produção do BIODIESEL | unidade | 2 |
| 18 – Qualificação do Trabalhador Público | | |
| * Reaparelhamento operacional e treinamento de recursos humanos | | n/q |
| 45 – Inclusão e Desenvolvimento da Agricultura Familiar | | |
| * Adequação tecnológica da Agricultura Familiar | UTT,s* | 100 |
| * Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura | família | 500 |
| * Fomento a produção de hortifrutigranjeiro e criação de pequenos animais na Grande Teresina | família | 4.000 |
| * Capacitação em cooperativismo e associativismo | família | 4.000 |
| * Apoio ao Acesso ao Credito Rural - PRONAF | unidade | 65 |
| * Desenvolvimento da Cajucultura | unidade | 40 |
| * Fomento e revitalização de culturas agrícolas e agroindustriais | unidade | 4 |
| 46 – Sementes e Mudas | | |
| * Aquisição de sementes agrícolas selecionadas | tonelada | 300 |
| *Garantia de Sementes e Mudas | | n/q |
| 47 – Infra-estrutura para o Desenvolvimento Rural | | |
| * Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca | família | 1.165 |
| * Desenvolvimento da Infra-estrutura rural | | n/q |
| * Implantação de infra-estrutura para irrigação na agricultura familiar | ha | 2.500 |
| * Desenvolvimento da Apicultura | | n/q |
| 48 – Defesa Agropecuária | | |
| * Sanidade Animal e Vegetal: -adequação do sistema unificado de atenção a saúde animal e vegetal-- -execução de ações d segurança proteção e defesa agropecuária----- -execução de ações de defesa e vigilância zoossanitária----- -fiscalização das revendas de agrotóxicos----- ----- | Unidade/USAV,s Propriedade Cabeça estabelecimento comercial | 30 210.000 1.800.000 200 |
| * Classificação de produtos de origem vegetal | tonelada | 100.00 |
| 49 – Convivência com o Semi-Árido | | |
| * Educação contextualizada no Semi-árido | unidade | 5.950 |
| * Formação e capacitação do Sede Zero do SemiÁrido | unidade | 2.180 |
| * Projeto de Ciência e Tecnologia apropriada do Semi-Árido | unidade | 4.800 |
| * Projeto de Produção apropriada de melhoria de renda no Semi-Árido | unidade | 6.080 |

| | | |
|---|----------|-----------|
| * Projeto de saúde, segurança alimentar e nutricional do Semi-Árido | unidade | 9.725 |
| * Sede Zero no Semi-Árido piauiense (infra-estrutura hídrica) | unidade | 5.000 |
| 50 – Implementação da Reforma Agrária | | |
| *Regularização Fundiária família 1.458 | | |
| 51 – Incentivo ao Agronegocios | | |
| * Fomento a culturas alimentares e segurança alimentar | família | 3.000 |
| 57 - Programa Fome Zero | | |
| * Compra de Alimentos do Agric. Familiar (leite) | litro | 7.300.000 |
| * Compra de Alimentos do Agric. Familiar(em geral) | tonelada | 10.000 |
| 67 – Assistência Técnica e Extensão Rural | | |
| * Incentivo ao pequeno produtor | família | 140.000 |

INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ - INTERPI

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|--------------|------------|
| | UNID. | QUANT. |
| 41 – Desenvolvimento Urbano | | |
| * Arrecadação de áreas urbanas no município de Teresina | m2 | 10.000.000 |
| 45 – Inclusão e Desenvolvimento da Agricultura Familiar | | |
| * Estruturação de agrovilas nos assentamentos estaduais | agrovila | 15 |
| * Implantação dos centros integrados nos assentamentos estaduais | centro | 13 |
| * Pesquisa e diagnóstico econômico ambiental nos assentamentos rurais | assentamento | 128 |
| * Universalização do cadastro SIPRA nos assentamentos | lote | 5.551 |
| 50 – Implementação da Reforma Agrária | | |
| * Cadastramento de imóveis rurais pertencentes ao patrimônio público do Estado | titulação | 3000 |
| * Regularização fundiária: cadastro nacional de imóveis rurais | ha | 250.000 |
| * Reorganização de terras: combate a grilagem de terras no Estado | ha | 1500 |
| * Reorganização dos assentamentos estaduais | assentamento | 28 |
| 71 – Conservação de Recursos Ambientais | | |
| * Demarcação das reservas | lote | 5551 |

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ - EMATER

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|----------------------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 17 – Modernização da Gestão Pública | | |
| * Informatização das unidades operativas do Emater | escritório | 100 |
| 45 – Inclusão e Desenvolvimento da Agricultura Familiar | | |
| * ATER para assentamento da Reforma Agrária | família | 70.000 |
| * Fortalecimento e expansão da caprinovicultura | criador | 2.700 |
| * Fortalecimento e expansão da apicultura | apicultor | 5.000 |
| * Plano operacional da cotonicultura | agricultor familiar | 2.000 |
| 49 – Convivência com o Semi-Árido | | |
| * Qualidade de vida no Semi-Árido | família | 7.000 |
| 67 – Assistência Técnica e Extensão Rural | | |
| * Assistência técnica a cultura da mandioca | agricultor familiar | 1.200 |
| * Assistência técnica a cultura da mamona | agricultor familiar | 5.000 |
| * Capacitação de técnicos e produtores em piscicultura | técnico/ piscicultor | 60/200 |

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|------------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 05 – Desenvolvimento do Artesanato | | |
| * Construção do Pólo de Cerâmica do Poty Velho | percentual | 100 |

| | | |
|--|------------|-----|
| 17 - Modernização da Gestão Pública | | |
| * Construção de Sedes do EMATER | unidade | 25 |
| * Execução e Acompanhamento de diversas obras públicas | percentual | 25 |
| 20 – Integração Rodoviária | | |
| * Construção de estradas vicinais | percentual | 50 |
| 29 - Intermediação e Qualificação Profissional | | |
| * Construção e Recuperação de Prédios de Atendimento ao Trabalhador | percentual | 28 |
| 40 – Saneamento e Qualidade de Vida | | |
| * Construção da barragem de Castelo | percentual | 20 |
| * Construção de adutoras | percentual | 20 |
| * Construção de barragens em Buriti dos Lopes | percentual | 30 |
| * Implantação e recuperação do sistema de abastecimento de água | percentual | 10 |
| * Obras de saneamento básico urbano | percentual | 50 |
| 41 – Desenvolvimento Urbano | | |
| * obras de infra estrutura dos municípios | percentual | 20 |
| 47 – Infra-Estrutura para o desenvolvimento rural | | |
| * Construção de centros integrados de esporte, cultura e lazer | percentual | 50 |
| * Eletrificação rural | percentual | 30 |
| * Implantação e recuperação de estradas para o escoamento da produção | percentual | 50 |
| * Implantação de infra-estrutura básica nas comunidades rurais | percentual | 40 |
| * Implantação “Escolas família agrícola” no Estado | percentual | 40 |
| 51 – Incentivo ao Agronegócios | | |
| * Construção de galpões e estacionamento | percentual | 100 |
| 52 – Democratização da Cultura e da Produção Artística | | |
| * Construção de cidade cenográfica | percentual | 100 |
| 53 – Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural | | |
| * Restauração do Patrimônio histórico-cultural | percentual | 100 |
| * Restauração e conservação do patrimônio imóvel de Oeiras – Monumenta | percentual | 100 |
| * construção, reforma e restauração de memoriais | percentual | 100 |
| 58 – Integração da Pessoa Portadora de Deficiência | | |
| * Construção do Centro de Equoterapia | percentual | 100 |
| 66 – Fortalecimento do Turismo | | |
| * Construção de Piers | percentual | 100 |
| * Construção de Terminais Turísticos | percentual | 25 |
| * Estruturação do Pólo Turístico | percentual | 50 |
| * Reforma do Centro de Convenções de Teresina | percentual | 100 |
| * Execução Acompanhamento de Obras Desenvolvimento Turístico - PRODETUR II | percentual | 40 |
| * Reforma e Decoração Temática de Estações Rodoviárias | percentual | 35 |
| 69 – Desenvolvimento do Esporte | | |
| * Construção de estádios de futebol | percentual | 50 |
| * Construção e recuperação de ginásios, parques e quadras poliesportivas | percentual | 50 |
| * Construção do Autódromo de Teresina | percentual | 50 |
| * Construção do Complexo Tenístico de Teresina | percentual | 50 |
| * Construção do Velódromo de Teresina | percentual | 50 |
| * Construção e reforma de ginásios poliesportivos | percentual | 5 |
| * Construção e Reforma de Centros Olímpicos Regionais | percentual | 01 |
| * Construção e Reforma de Estádios Municipais | percentual | 03 |
| * Construção e reforma de quadras esportivas | percentual | 07 |

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - COMDEPI

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 23 – Planejamento, Aproveitamento e Ampliação da Oferta Hídrica | | |
| * Inspeção e avaliação de segurança em barragens | barragem | 03 |

| | | |
|---|-------------------------|------|
| * Adutora Corredores | km | 06 |
| * Construção de barragens | barragem subterrânea | 05 |
| * Construção de cisternas | cisterna | 880 |
| * Construção de poço tubular | poço | 03 |
| * Construção, conclusão e recuperação de açudes | açude | 05 |
| * Estudo de viabilidade hidro-agrícola do Vale do Rio Itaim | percentual | 30 |
| * Recuperação e Implantação de projetos produtivos na barragem Felinto Rego, em União | | n/q |
| * adutora Mesa de Pedra | percentual | 01 |
| * adutora Poço do Marruá e barragem | percentual | 01 |
| * adutora Santa Cruz dos Milagres e barragem – construção | percentual | 01 |
| * Barragem Algodões II – construção | percentual | 10 |
| * Barragem Atalaia – construção | percentual | 0,12 |
| * Barragem Baixão do Meio – construção | percentual | 100 |
| * Barragem Betânia | percentual | 7,87 |
| * Barragem Estreito – conclusão da obra | percentual | 60 |
| * Barragem Rangel – construção | percentual | 0,08 |
| * Barragem Riacho Fundo - construção | percentual | 0,94 |
| * Barragem Santa Luz – construção | percentual | 5,2 |
| * Barragem Serra do Brejo | percentual | 7,92 |
| * Barragem Tinguís – construção | percentual | 0,27 |
| * Barragem Vereda Grande | percentual | 0,2 |
| * Barragens – sistema Angicos | percentual | 0,15 |
| * construção da Barragem Suspirante | percentual | 6,47 |
| * construção de barragens subterrâneas | unidade | 05 |
| * construção de pequena central hidrelétrica na Barragem Algodões II | percentual | 05 |
| * construção de pequena central hidrelétrica na Barragem Pedra Redonda | percentual | 05 |
| * construção de pequena central hidrelétrica na Barragem Piracuruca | percentual | 05 |
| * construção de pequena central hidrelétrica na Barragem Poço do Marruá | percentual | 05 |
| * construção de pequena central hidrelétrica na Barragem Salinas | percentual | 05 |
| * construção de pequena central hidrelétrica na Barragem Santa Cruz dos Milagres | percentual | 05 |
| * dessalinização da Lagoa do Fidalgo | percentual | 01 |
| * elaboração de estudo hidrogeológico para identificação e caracterização dos recursos hídricos no cristalino piauiense | percentual | 13 |
| * elaboração de manual de monitoramento e avaliação da segurança de grandes barragens | percentual | 45 |
| * elaboração do estudo de viabilidade hidroagrícola do vale do Rio Uruçui Preto | percentual | 04 |
| * estação de piscicultura Salinas | percentual | 02 |
| * implantação do projeto de irrigação do Rio Piracuruca | percentual | 01 |
| * implantação do projeto de irrigação do Rio Sambito | percentual | 01 |
| * instalação dos equipamentos para inspeção e avaliação da segurança das barragens | percentual | 90 |
| * monitoramento e avaliação periódica da segurança das barragens | percentual | 153 |
| * perfuração e equipamento de poços profundos | percentual | 04 |
| * ponte sobre o Rio Gurguéia ligando os municípios de Cristino Castro e Santa Luz | percentual | 03 |
| * recuperação de pequenos açudes na região semi-árida do Piauí | percentual | 08 |
| * recuperação e equipamento de poços profundos no semiárido piauiense | percentual | 08 |

| | | |
|---|------------|------|
| 24 – Aproveitamento dos Recursos Minerais | | |
| * avaliação e aproveitamento dos recursos minerais do estado | percentual | 04 |
| 47 – Infra-Estrutura para o desenvolvimento rural | | |
| * Extensão em MRT-197KV na localidade Angical, em Paes Landim | km | 0,03 |
| * Extensão em Mrt 7,97kv com cabo #4awg-CAA, na localidade Jordão, município de Paes Landim | percentual | 02 |
| * extensão em mrt 7,97kv com cabo #4awg-caa, na localidade Santa Teresa, município de Paes Landim | percentual | 05 |
| 51 – Incentivo ao Agronegocios | | |
| * implantação de tanques redes no reservatório da Barragem Algodões I | percentual | 87 |
| * implantação de tanques redes no reservatório da Barragem Bezerra | percentual | 84 |
| * implantação de tanques redes nos reservatórios da Barragem Corredores | percentual | 86 |
| * implantação de tanques redes nos reservatórios da Barragem Piracuruca | percentual | 87 |

SECRETARIA DA SAÚDE

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|--|----------|
| | UNID. | QUANT. |
| 36 – Ampliação do Acesso aos Serviços de Saúde | | |
| * aquisição de equipamentos hospitalares e dentários | equipamento | 40 |
| * Aquisição de unidades móveis de saúde e ambulâncias | unidade | 20 |
| * Centros de Atenção Psicossocial ao Portador de Transtornos Mentais | unidade | 05 |
| * Construção de postos de saúde nas comunidades rurais | obra | 10 |
| * Construção, conclusão e reforma de hospitais, maternidades, postos de saúde e unidades mistas de saúde | unidade | 40 |
| * desenvolvimento institucional e fomento à pesquisa na área de saúde | pesquisa curso | 06 04 |
| * Implantação e reequipamento de Núcleos de Hemoterapia | núcleo | 03 |
| * instalação de unidades de hemocentro | núcleo | 02 |
| * Investigação da paternidade e da maternidade | laboratório | 01 |
| * Núcleos de Reabilitação para Portadores de Deficiências | unidade | 10 |
| *Realização de Exames e Remissões otoacústica no Estado | centro | 01 |
| Reestruturação do Hospital Dirceu Mendes Arcoverde | hospital | 01 |
| 37 - Controle de Endemias e Vigilância em Saúde | | |
| * Ampliar a Cobertura do Sistema de Informação em Saúde do SUS | município | 223 |
| * Apoio a Implantação de Programas Verticais do MS | município | 223 |
| * Assistência Farmacêutica e de Medicamentos Excepcionais | município | 223 |
| * Atenção à Saúde Mental e Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e Drogas | município | 223 |
| * Controle das Doenças Transmitidas por Vetores e Reservatórios | município | 222 |
| * Fortalecimento a Atenção Básica à saúde no Estado do Piauí. | município | 222 |
| * Implantar e Implementar a Vigilância Sanitária e Ambiental | município | 222 |
| * Realização da campanha educativa da prevenção de AIDS | campanha | 04 |
| Implementação de ações de saneamento básico em áreas rurais | sistema de abastecimento d' água | 34 |
| 38 - Fortalecimento da Gestão Democrática do SUS | | |
| * Assistência Ambulatorial e Hospitalar | município | 223 |
| * Auditoria das Ações de Saúde | município | 223 |
| * Capacitação de Recursos Humanos do SUS | município | 222 |
| * Implementação de gerências de saúde | gerência | 17 |
| * Realização de Estudos, Pesquisas e Eventos Voltados à Melhoria dos Serviços do SUS | município | 222 |
| * Reparelhamento e Readequação Física de Unidades de Saúde do SUS | município | 222 |

| | | |
|--|-----------|-----|
| * Reestruturar a Central de Regulação do SUS, Coordenação de Medicamentos, Central de Transplantes e Fundo Estadual de Saúde | unidade | 04 |
| * Saúde do Trabalhador | município | 222 |

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|----------------------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 18 – Qualificação do Trabalhador Público | | |
| * Treinamento e capacitação para o planejamento | | n/q |
| 21 – Desenvolvimento dos Transportes e Integração Multi-Modal | | |
| * Construção de passagens molhadas | | n/q |
| 23 – Planejamento, Aproveitamento e Ampliação da Oferta Hídrica | | |
| * Construção de poços tubulares | | n/q |
| * Implantação de pequena irrigação | | n/q |
| 40 – Saneamento e Qualidade de Vida | | |
| * Construção de fossas sépticas | | n/q |
| * Implantação de sistemas de abastecimento de água | | n/q |
| 42 – Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável | | |
| * Planejamento governamental participativo | | n/q |
| 43 – Desenvolvimento e Combate à Pobreza | | |
| * Administração – UTE – Projeto de Crédito Fundiário | | n/q |
| * Administração, supervisão, monitoria e avaliação do PCPR II | visita de supervisão | 1.300 |
| * Desenvolvimento institucional, mobilização, capacitação e reforma do Estado (PCPR II) | | n/q |
| * Financiamento de projetos comunitários através do PCPR II | projeto | 325 |
| * Financiamento de projetos comunitários através do Crédito Fundiário | projeto | 400 |
| * Financiamento para aquisição de terras através do projeto crédito fundiário | projeto | 100 |
| * Fomento à produção animal | | n/q |
| * Supervisão e monitoria do projeto crédito fundiário | visita de supervisão | 2.500 |
| * Treinamento, capacitação e consultoria do projeto crédito fundiário | evento | 200 |
| 45 – Inclusão e Desenvolvimento da Agricultura Familiar | | |
| * Construção de Casa de Farinha no Povoado Cambueiro, em Palmeiras | casa de farinha | 01 |
| 47 – Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Rural | | |
| * Aquisição de equipamentos agrícolas | | n/q |
| 48 – Defesa Agropecuária | | |
| * Construção de Matadouros | | N/q |
| 66 – Fortalecimento do Turismo | | |
| * Fortalecimento institucional para o fortalecimento do turismo | plano | 01 |
| * Plano diretor do Pólo Costa do Delta | plano | 01 |

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS - CEPRO

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-----------------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 09 – Atração de Investimentos | | |
| * Oportunidades atrativas de investimentos para o Estado do Piauí | estudo/pesquisa | 01 |
| 14 – Governo Transparente | | |
| * Identificação e caracterização da rede de rádio e difusão do Estado do Piauí | pesquisa | 01 |
| 16 – Modernização da Tecnologia de Informação | | |

| | | |
|--|---|----|
| * Manutenção do Banco de Dados | atualização de programa/implantação da pagina WEB | 01 |
| 18 – Qualificação do Trabalhador Público | | |
| * Treinamento de recursos humanos | curso de capacitação técnica | 04 |
| 19 – Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas | | |
| * Avaliação e acompanhamento sistemático de políticas públicas e assistenciais | estudo e desenvolvimento de projeto | 02 |
| * Acompanhamento dos preços praticados no comércio varejista e atacadista do Estado do Piauí | pesquisa | 06 |
| * Cálculo do índice de preço ao consumidor | pesquisa | 12 |
| * Identificação e caracterização dos portadores de deficiência no Estado do Piauí | pesquisa | 01 |
| * Índice de Desenvolvimento Humano | pesquisa | 01 |
| * Publicação e Divulgação de trabalhos técnicos | edição/publicação | 05 |
| * Realização de pesquisas de opinião pública | pesquisa | 09 |
| 41 – Desenvolvimento Urbano | | |
| * Estudo de viabilidade econômica do Trecho Teresina – Parnaíba | estudo/pesquisa | 01 |
| 42 – Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável | | |
| * Ecossistemas piauienses: perfil e tendências de desenvolvimento sustentável | estudo/pesquisa | 01 |
| * Sistematização do cálculo do produto interno bruto/PIB ESTADUAL E MUNICIPAL | pesquisa | 02 |
| 66 – Fortalecimento do Turismo | | |
| * Demanda Turística | pesquisa | 04 |
| * Monitoramento avaliação e atualização da rede hoteleira | pesquisa | 06 |

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 05 – Desenvolvimento do Artesanato | | |
| * Construção de um centro de artesanato permanente do comércio têxtil | unidade | 01 |
| * Fomento ao artesanato piauiense | | n/q |
| 08 – Desenvolvimento Industrial | | |
| * Center Modas Piauí – Central de Comercialização da acessórios de modas | unidade | 01 |
| * Implantação de centrais de atendimento aos empreendedores | | n/q |
| * Participação em Feiras e Eventos | evento | 03 |
| 09- Atração de Investimentos | | |
| * Encontro de negócios | evento | 03 |
| 10 - Desenvolvimento do Comércio e Serviços | | |
| * Criação do Pólo Distribuidor Atacadista | pólo | 01 |
| 11 - Incentivo às Exportações | | |
| * Apoio à Exportações do Piauí | unidade | 100 |
| 18 - QUALIFICAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO | | |
| capacitação dos servidores | servidor | 05 |
| 66 – Fortalecimento do Turismo | | |
| * Fortalecimento da capacidade municipal para gestão do turismo (PRODETUR II) | | n/q |

EMPRESA DE TURISMO DO PIAUÍ – PIEMTUR

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---------------|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |

| | | |
|---|-------------|---------|
| 66 – Fortalecimento do Turismo | | |
| * Desenvolvimento institucional da Piemtur – Prodetur II | plano | 01 |
| * Promoção e marketing do turismo – Prodetur II | documento | 01 |
| * Reforma do Centro de Convenções de Teresina | unidade | 01 |
| * A Vez de Todos | pessoa | 200 |
| * Inventário da Oferta Turística | município | 221 |
| * Roteiros Integrados e Municipalização do Turismo | pessoa | 200.000 |
| * Estruturação de Trilhas e Edição de Guias Turísticos | trilha | 60 |
| * Apoio aos Eventos Turísticos | evento | 50 |
| * Capacitação de Pessoal na Atividade Turística | curso | 06 |
| * Renovação dos Equipamentos e Material Permanente da PIEMTUR | equipamento | 200 |
| * Sinalização Turística nos Municípios | unidade | 20 |
| * Realização de FAMTOUR | unidade | 04 |
| * Realização de Pesquisas Turísticas | pesquisa | 20 |
| * Apoio às atividades turísticas e culturais de Oeiras | | n/q |
| * apoio às atividades turísticas e culturais de Floriano | | n/q |

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO PIAUÍ – GASPISA

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 10 – Desenvolvimento do Comércio e Serviços | | |
| * Piauí a todo gás – construção do gasoduto CE/PI | % | 10 |

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PIAUÍ – IMEPI

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|------------------------------|--------------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 54 – Metrologia Geral | | |
| * Fiscalização Metrológica | fiscalização | 33.671 |

COMPANHIA EDITORA DO PIAUÍ – COMEPI

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 08 – Desenvolvimento Industrial | | |
| * Modernização do Parque Gráfico | | n/q |
| * Reforma da sede da Comepi | | n/q |
| 16 – Modernização da Tecnologia de Informação | | |
| * Informatização da Comepi n/q | | |

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 16 – Modernização da Tecnologia de Informação | | |
| * Informatização da SEAD | | n/q |
| * Informatização dos Serviços Administrativos do Estado | unidade | 56 |
| 17 – Modernização da Gestão Pública | | |
| * Modernização da Gestão Pública do Estado | | n/q |
| * Fórum Estadual de Gestores | fórum | 44 |
| * Implantação do Padrão de excelência do serviço público | unidade | 56 |
| * Monitoramento e Aval. das ações de modernização do Estado | unidade | 56 |
| * Seminário de Sensibilização e Planejamento da Modernização | unidade | 56 |
| 18 – Qualificação do Trabalhador Público | | |
| * Treinamento e atualização do servidor público estadual | | n/q |
| * Capacitação para valorização do servidor público | unidade | 56 |
| * Capacitação para o fortalecimento da gestão | unidade | 56 |

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ – IAPEP

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---------------|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |

| | | |
|--|----------------------|--------|
| 16 – Modernização da Tecnologia da Informação | | |
| * Atualização tecnológica | kit | 50 |
| * Capacitação de pessoal em tecnologia da informação | servidor | 50 |
| 55 –Assistência à Saúde do Servidor Público Estadual | | |
| * Ampliação das unidades de atendimento do IAPEP em Teresina | posto de atendimento | 02 |
| * IAPEP Saúde | beneficiário | 33.000 |
| * IAPEP Saúde Suplementar | beneficiário | 24.000 |
| 56 - Previdência | | |
| * Previdência social do servidor público estadual | segurado | 90.563 |
| * Transparência e qualidade no atendimento | segurado | 90.563 |

**EMPRESA DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO PIAUÍ –
PRODEPI**

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 16 - Modernização da Tecnologia de Informação do Estado do Piauí | | |
| * Modernização da PRODEPI | unidade | 10 |
| * Rede Governamental de Comunicação de Dados | unidade | 350 |
| * Sistemas Integrados de Informação | unidade | 02 |

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|---------------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 25 – Prisão Segura, Sociedade Protegida | | |
| * Assistência jurídica e social permanente | pessoa | 800 |
| 26 – Direitos Humanos, Direitos de Todos | | |
| * Construção e readequação de penitenciárias | penitenciária | 09 |

SECRETARIA DO TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|--------------|---------|
| | UNID. | QUANT. |
| 28 - Geração de Emprego e Renda | | |
| * Apoio ao cooperativismo e ao associativismo | associação | 46 |
| * Programa Piauiense de Geração de Renda - PROPIGER | beneficiado | 3.158 |
| * Projeto Jovem Trabalhador | beneficiado | 3.600 |
| * Combate ao Trabalho Escravo | unidade | 500 |
| * Combate ao Trabalho Infantil e Adolescente | unidade | 500 |
| * Criação de Comissões Municipais de Emprego | unidade | 50 |
| * Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí | beneficiário | 3.158 |
| * Inserção de pessoas portadoras de deficiências: Trabalho para Todos | beneficiário | 300 |
| * Segurança no trabalho | beneficiário | 3.158 |
| 29 – Intermediação e Qualificação Profissional | | |
| * Intermediação de emprego | vaga | 43.200 |
| * Expansão das agências do SINE-PI | agência | 16 |
| * Manutenção do Seguro Desemprego | pessoa | 72.000 |
| * Oferta de emprego e geração de renda | emprego | 2.448 |
| * Primeiro Emprego | pessoa | 24.000 |
| * Qualificação Profissional | pessoa | 155.306 |

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 17 – Modernização da Gestão Pública | | |
| * Construção e reforma da unidade operacional da PM | quartel | 19 |
| 36 – Ampliação do Acesso aos Serviços de Saúde | | |

| | | |
|--|----------------|------|
| * Reestruturação da estrutura administrativa e operacional do Hospital da PM | unidade médica | 05 |
| 44 – Prevenção da Violência | | |
| * Formação e capacitação dos recursos humanos | curso | 100 |
| * Manutenção dos sistemas de comunicação e operação | sistema | 03 |
| * Programa Educacional de Resistência as drogas e a violência | pessoa | 4000 |
| * Reorganização da estrutura administrativa e operacional da PM | unidade | 19 |

SECRETARIA DAS CIDADES

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 41 – Desenvolvimento Urbano | | |
| * Elaboração dos Planos Diretores Municipais | plano | 09 |
| * Instrumentalização para eficiência na gestão urbana | conselhos | 09 |
| * Organização de arquivo/banco de dados dos municípios | município | 55 |
| * Melhoria das vias públicas | obra | 300 |
| * Obras urbanistas de pequeno porte | obra | 500 |

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PIAUÍ – DETRAN

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 17 – Modernização da Gestão Pública | | |
| * Modernização do Detran-PI | unidade | 12 |

ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A- AGESPISA

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|------------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 23 – Planejamento, Aproveitamento e Ampliação da Oferta Hídrica | | |
| * Construção de poços tubulares | poço | 55 |
| 40 – Saneamento e Qualidade de Vida | | |
| * Construção, conclusão e recuperação de galerias | | N/q |
| * Implantação e ampliação de sistema de abastecimento de água | sistema | 70 |
| * Modernização do sistema de saneamento | | N/q |
| * Obras de saneamento básico urbano | sistema | 15 |
| 66 – Fortalecimento do Turismo | | |
| * Sistema de coleta e tratamento de esgoto no Pólo Costa do Delta | sistema | 04 |
| * Sistema de abastecimento de água no Pólo Costa do Delta | sistema | 04 |
| * Ação de saneamento básico – água adutora no litoral (PRODETUR II) | Percentual | 50 |

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PIAUÍ - COHAB

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 39 - Habitar Piauí | | |
| * Construção de apartamento em Teresina | unidade | 600 |
| * Construção de casas populares | unidade | 600 |
| *Construção de vilas de ofício | unidade | 100 |

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 22 -Gerenciamento dos Recursos Hídricos | | |
| Fornecimento de energia alternativa a comunidades isoladas – PRODEM | Unidade | 75 |
| Gestão de Recursos Hídricos | unidade | 26 |
| Implantação de bases técnicas para gestão de recursos hídricos | base | 58 |

| | | |
|--|--|-----|
| Execução de projeto de cadastramento, classificação e monitoramento de lagoas existentes no Estado do Piauí. | Projeto de preservação dos recursos hídricos | 01 |
| 23 - Planejamento, Aproveitamento e Ampliação da Oferta Hídrica | | |
| Implantação de sistemas adutores | adutora | 32 |
| Implantação e recuperação de obras hídricas | obra | 22 |
| 66- Fortalecimento do turismo | | |
| Estudos para sustentabilidade ambiental do turismo - PRODETUR II | unidade | 06 |
| Serviços e obras para sustentabilidade ambiental do turismo - PRODETUR II | obra | 02 |
| Aparelhamento p/ controle da sustentabilidade do Turismo PRODETUR II | Unidade | 01 |
| 68 - Combate à Desertificação | | |
| Combate à desertificação | Unidade | 37 |
| Recuperação de biomas em processo de degradação | bioma | 500 |
| 70 - Gestão Integrada do Meio Ambiente | | |
| Aperfeiçoamento da política de licenciamento ambiental | unidade | 25 |
| Desenvolvimento institucional para controle da biosfera e tecnosfera | unidade | 23 |
| Educação ambiental na Escola Formal | unidade | 12 |
| Estudos para controle da biosfera e da tecnosfera | Estudo | 10 |
| Fortalecimento das instituições do SISNAMA no Estado - PNMAII | unidade | 40 |
| Informatização de sistemas de informações ambientais | unidade | 25 |
| Infraestrutura e desenvolvimento institucional do Centro de Educação Ambiental | unidade | 23 |
| Promoção da imagem do Sistema de Meio Ambiente | unidade | 24 |
| 71 - Conservação de recursos ambientais | | |
| Conservação de recursos florestais | unidade | 20 |
| Implantação, desenvolvimento e gestão de Unidades Estaduais de Conservação | unidade | 03 |
| Sistema de compensações ambientais | unidade | 26 |
| 72 - Proágua – Semi-árido | | |
| Estudos e projetos específicos | estudo | 61 |
| Gestão de recursos hídricos | unidade | 50 |
| Obras prioritárias | obra | 30 |
| Planejamento de recursos hídricos | Unidade | 76 |
| 35 - Programa de Resposta aos Desastres e Acidentes | | |
| Criação, equipamento e treinamento das brigadas de incêndio | brigada | 08 |
| Operação de brigadas de incêndio | brigada | 08 |
| 42 - Planejamento para o desenvolvimento sustentável | | |
| Organização, divulgação e participação em eventos ambientais | Evento | 150 |

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-------------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 30 – Atenção à Criança, ao Adolescente e ao Jovem | | |
| * Atenção à criança ao adolescente e ao jovem | | N/q |
| * Atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas nos Centros Educacionais | unidade | 08 |
| * Implantação do Centro Terapêutico para adolescentes com dependência química | pessoa | 100 |
| * Implantação do centro de internação provisória | adolescente | 500 |
| * Supervisão ao Programa de Ação Continuada - PAC | criança | 72.025 |
| * Supervisão ao Programa de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual | pessoa | 500 |
| * Supervisão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI | criança | 24.021 |
| * Supervisão do Projeto Centro da Juventude | pessoa | 100 |

| | | |
|---|-------------|-----------|
| * Viabilização da participação da família e da comunidade na aplicação das medidas sócio-educativas | pessoa | 350 |
| 31 – Proteção Social e Promoção da Cidadania | | |
| * Atendimento a Crianças e Adolescente em Abrigos da SASC | unidade | 600 |
| * Atendimento à Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais em Centros | unidade | 46 |
| * Formação de Multiplicadores de Prevenção de Drogas | pessoa | 800 |
| * Implantação de SIPIA no estado do Piauí | conselho | 105 |
| * Implantação do Centro de referência casa da Família | família | 10.800 |
| * Implantação do Programa Riso | família | 60 |
| * Reforma nos Abrigos da SASC | | N/q |
| * Revisão do Benefício de Prestação Continuada - BPC | pessoa | 4.884 |
| * Supervisão ao Programa de Pessoas Portadoras de Deficiência -PPD | pessoa | 2.061 |
| * Supervisão de restaurantes populares | unidade | 04 |
| * Supervisão do Programa de Apoio à Pessoa Idosa | pessoa | 7.439 |
| * Promoção social | | N/q |
| 32 – Desenvolvimento Comunitário | | |
| * Apoio do desenvolvimento comunitário | | N/q |
| * Ampliação das unidades de atendimento | | N/q |
| * Implementação de ações voltadas a transferência e qualidade no atendimento | unidade | N/q 02 |
| * Atendimento de pessoas idosas nas Casas Abrigo/SASC | | |
| * Capacitação continuada em medidas sócio-educativas | pessoa | 500 |
| * Capacitação de coordenadores | coordenador | 261 |
| * Expansão da área de atendimento do espaço do Cidadão Itinerante | atendimento | 22.000 |
| * Implantação de Posto de Atendimento município 30 | município | 30 |
| * Lançamento e divulgação da Cartilha do Cidadão | pessoa | 7.500 |
| * Promoção de Atividades nos CSU´s em parceria com a Comunidade | pessoa | 29 |
| * Realização da semana da Consciência Negra | pessoa | 1.000 |
| * Realização da semana da Juventude | pessoa | 1.000 |
| * Realização da semana da Mulher | pessoa | 1.000 |
| * Realização da semana da Pessoa Idosa | pessoa | 1.000 |
| * Realização da semana do voluntariado | pessoa | 1.000 |
| * Realização de curso de Direitos Humanos | pessoa | 40 |
| * Realização de oficinas com moradores de rua | pessoa | 360 |
| * Realização do Fórum da Cidadania no Dia Internacional da Mulher | pessoa | 1.000 |
| * Reforma do Centro que abriga mulheres vítimas de violência | centro | 01 |
| * Reforma dos Centros Sociais Urbanos | centro | 10 |
| * Revitalização dos espaços da cidadania | pessoa | 20.000 |
| * Supervisão do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento e Humano | pessoa | 1.400 |
| * Veiculação de programa de rádio | município | 223 |
| 33 – Fomento à Organização e à Promoção dos Direitos de Cidadania | | |
| * Combate ao Preconceito | pessoa | 11.664 |
| * Conferência Estadual de Assistência Social | pessoa | 900 |

SECRETARIA DE AGRONEGÓCIO

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 07 – Fomento à Ciência e Tecnologia | | |
| * Criação do Instituto Nacional do Mel | unidade | 01 |
| Desenvolvimento de tecnologia para instalação de colméias | unidade | 01 |
| * Execução do mapeamento espacial e zoneamento da carnaúba | unidade | 01 |
| * Implementação do portal de informação científica e tecnológica | portal | 01 |
| * Realização do controle de qualidade nos programas apícola da EMBRAPA – Meio Norte | unidade | 01 |
| * Sustentabilidade ambiental da carcinocultura do Piauí | município | 03 |

| | | |
|--|-----------------|-----------|
| 45 – Inclusão e Desenvolvimento da Agricultura Familiar | | |
| * Horta comunitária em espaços urbanos | horta | 50 |
| * Horta comunitária no Parque de Exposições Dirceu Arcoverde | horta | 01 |
| * Incentivo a caprinocultura | município | 30 |
| * Incentivo a cultura do caju | muda | 1.350.000 |
| * Promoção do Agronegócio Piauiense | unidade | 30 |
| 51 – Incentivo ao Agronegócio | | |
| * Canais de comercialização município 15 | município | 15 |
| * Centro de Inseminação de caprinos e ovinos | centro | 01 |
| * Centro Experimental de Plantas e Flores Tropicais | centro | 01 |
| * Desenvolvimento da aquicultura e pesca | unidade | 08 |
| * Desenvolvimento da avicultura piauiense | unidade | 01 |
| * Expansão da produção de grãos no cerrado piauiense | município | 11 |
| * Mudas nos tabuleiros litorâneos | município | 01 |
| * Promoção e participação em feiras e exposições de agronegocios | Feira/exposição | 25 |
| * Abastecer e alimentar | unidade | 1.200 |
| * Irriga Piauí ha 8.800 | ha | 8.800 |
| * Meu Primeiro Negócio | unidade | 2.750 |
| 65 - Combate ao Desperdício | | |
| * Combatendo o desperdício - Sopa Expressa | unidade | 05 |

CENTROS DE ABASTECIMENTO DO PIAUÍ S.A. – CEASA

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 51 - Incentivo ao agronegócio | | |
| * Expansão da CEASA | unidade | 02 |
| * Sistema de Informação do Mercado Agrícola – SIMA | unidade | 89.904 |
| 65 - Combate ao Desperdício | | |
| * Ceasa limpa | unidade | 20 |
| * Mesa voluntária | kg | 2.400 |

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|--------------------|------------|
| | UNID. | QUANT. |
| 07 – Fomento à Ciência e Tecnologia | | |
| * Caracterização termo elétrica de polímeros e condutores | laboratório | 03 |
| * Centro de Inovação tecnológico para arranjos produtivos de Parnaíba | centro | 01 |
| * Centro tecnológico de biodiversidade do Piauí | Centro tecnológico | 06 |
| * Centro tecnológico de pesquisa e desenvolvimento mineral de Fronteiras, Pio IX , Gilbués e Monte Alegre | | N/q N/q |
| * Centro tecnológico em lapidação e artesanato mineral | | |
| * Estruturação do Centro de Inovação Tecnológica para a arranjos produtivos da região de Picos – Apicultura e Cajucultura | centro | 01 |
| * Implementação do programa do Piauí Tecnológico – PIAUITEC | Feira/fórum | 43/01 |
| * Jornadas Cultural e Tecnológica Da Mamona | Evento | 185 |
| * Unidade móvel de assistência tecnológica a caprinovino cultura na Chapada do Araripe do Piauí | Unidade móvel | 01 |
| * Ecoturismo Científico | | N/q |
| * Inovações tecnológicas do arranjo produtivo local da mandioca | | |
| 29 - Intermediação e Qualificação Profissional | | |
| * Capacitação tecnológica para trabalhadores | | N/q |

FUNDAÇÃO DE AMPARO Á PESQUISA DO PIAUÍ – FAPEPI

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 16 – Modernização da Tecnologia de Informação | | |
| * Interagir para produzir | | N/q |

| | | |
|---|---------------------|-------|
| * Manutenção e operacionalização do ponto de presença da RNT | Ponto de presença | 01 |
| 07 – Fomento a Ciência e tecnologia | | |
| * Apoio a capacitação científica e tecnológica | projeto | 25 |
| *Apoio a promoção de eventos, a publicações, a divulgações científica e tecnológica | Evento e publicação | 28 |
| * Concessão de apoio a núcleo de excelência | projeto | 04 |
| * Concessão de apoio a tecnologia apropriadas - PPITA | projeto | 10 |
| * Capacitar para produzir | pessoa | 25 |
| * Concessão de bolsas bolsa 1100 | bolsa | 1100 |
| * Desenvolvimento científico e tecnológico | projeto | 100 |
| * FAPEPI para pesquisadores | pesquisador | 100 |
| * Fomento à pesquisa científica e tecnológica | pesquisa | 15 |
| * Fortalecimento Institucional | Concurso/ sede | 01/01 |
| * Iniciação científica júnior no Estado | bolsa | 60 |
| * Instalação de infra-estrutura para jovens pesquisadores do Estado | projeto | 35 |

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 13 – Democratização da Comunicação | | |
| * Comunicação do governo com a sociedade | | N/q |
| 14 – Governo Transparente | | |
| * Campanhas educativas e institucionais | | N/q |
| * Produção e difusão de informações | | |
| 18 – Qualificação do trabalhador público | | |
| * Capacitação de comunicadores populares | | N/q |

SECRETARIA DOS TRANSPORTES DO ESTADO DO PIAUÍ

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|------------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 21 – Desenvolvimento dos Transportes e Integração Multi-Modal | | |
| * Conclusão das exclusas da Barragem de Boa Esperança | | N/q |
| * Construção do aeroporto de Uruçui | | N/q |
| * Desenvolvimento de atividades de trânsito | | N/q |
| * Gerenciamento de terminais | | N/q |
| * Reativação da ferrovia Altos-Parnaíba | | N/q |
| * Reforma do terminal Lucídio Portela | | N/q |
| * Cadastramento e atualização da rede viária | unidade | 20 |
| * Conclusão das obras do porto de Luís Correa | percentual | 50 |
| * Construção de terminais intermodais de carga | unidade | 01 |
| * Estruturação da rede aeroportuária | percentual | 18 |
| * Hidrovia do Rio Parnaíba | unidade | 469 |
| * Melhoria do Terminal Rodoviário de Picos | | N/q |
| * Reativação da ferrovia Altos-Parnaíba | ferrovia | 01 |
| * Reforma do Terminal Rodoviário Lucídio Portela | terminal | 01 |
| 66 – Fortalecimento do Turismo | | |
| * elaboração do projeto, construção e implantação do Terminal Turístico Porto dos Tatus | terminal | 01 |
| * Internacionalização do aeroporto de Parnaíba | aeroporto | 01 |
| * Terminal Turístico de Atalaia | terminal | 01 |

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DO PIAUÍ- DER/PI

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 20 – Integração Rodoviária | | |
| * Conservação de obras de artes especiais e correntes | -- | -- |
| * Construção da rodovia PI | -- | -- |

| | | |
|---|----|----|
| * Construção do Terminal Rodoviário | -- | -- |
| * Renovação da frota de veículos, máquinas e equipamentos do DER | -- | -- |
| * Construção e recuperação de estradas vicinais - | -- | -- |
| * Conservação de rodovias pavimentadas e não pavimentadas | -- | -- |
| * Estudos e projetos de engenharia | -- | -- |
| * Implementação e pavimentação da rodovia pi 322 | -- | -- |
| * Pavimentação asfáltica | -- | -- |
| * Restauração, pavimentação e implantação de rodovias - - | -- | -- |
| 21 – Desenvolvimento dos Transportes e Integração Multi-Modal | | |
| * Assistência rodoviária aos municípios | -- | -- |
| * Assistência rodoviária aos municípios | -- | -- |
| * Construção de ponte | -- | -- |
| 66 - Fortalecimento do Turismo | | |
| * Estudos e projetos de engenharia para o desenvolvimento do turismo - PRODETUR II | -- | -- |
| * Restauração, pavimentação e construção de rodovias do Pólo Costa do Delta - PRODETUR II | -- | -- |

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES PÚBLICOS – CMTP

| PROGRAMA/AÇÃO. | META/2005 | |
|---|-----------|-------|
| | UNID. | QUANT |
| 21 - Desenvolvimento dos transportes e integração multimodal | | |
| Ampliação da linha 1 do Metrô | m | 2.500 |
| Duplicação de linha urbana - Linha 1 | m | 7.200 |
| Eliminação da PN- Avenida Higino Cunha x Ferrovia | unidade | 01 |
| Linha 2 – Sul | m | 4.500 |
| Modernização de material rodante | unidade | 04 |
| Ramal Tancredo Neves | Km | 01 |
| Ramal Teresina – Altos | Km | 40 |

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|--------------------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 31 – Proteção Social e Promoção da Cidadania | | |
| * Criação e instalação da biblioteca da Defensoria Pública do Estado do Piauí | biblioteca | 01 |
| * Defensoria Itinerante atendimento | atendimento | 7.200 |
| 16 – Modernização da Tecnologia de Informação | | |
| * Modernização tecnológica | Instalação de rede | 29 |

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|--------------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 14 - Governo Transparente | | |
| * Auditoria em órgãos da Administração Pública Estadual | auditoria | 25 |
| * Capacitação de pessoal | curso | 04 |
| * Controle governamental | unidade | 23 |
| * Fique de olho / controle social | unidade | 26 |
| * Pareceres e opiniões | parecer | 25 |
| * Procedimentos uniformes | procedimento | 22 |
| 16 - Modernização da Tecnologia de Informação do Estado do Piauí | | |
| * Modernização da auditoria | | N/q |
| 17 - Modernização da Gestão Pública | | |
| * O Novo Gestor | | N/q |

COORDENADORIA ESTADUAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – CEID

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 58 – Integração da Pessoa Portadora de Deficiência | | |
| * Empreendedor sem barreiras | | N/q |
| * Rede Estadual de Voluntariado | | N/q |
| * Criação e Implantação de Conselhos Municipais - CEID/CONEDE-PI | conselhos | 08 |
| * Escola de informática para PPD | unidade | 03 |
| * Inserção da PPD em eventos, campanhas e datas comemorativas | evento | 05 |
| * Para-olimpíadas | unidade | 01 |
| * Rede Estadual de Conselhos para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência | unidade | 10 |

COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ERRADICAÇÃO DA FOME

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|---|---------------------|---------|
| | UNID. | QUANT. |
| 57 – Programa Fome Zero | | |
| * Compra de Alimentos da Agricultura Familiar | unidade | 150 |
| * Constituição de Comitês Gestores / Gestão Participativa | Comitê gestor | 60 |
| * Criação e fortalecimento de associações e Cooperativas | Unidade | 21 |
| * Diagnóstico Alimentar e Nutricional | diagnostico | 30 |
| * Educação Alimentar e Nutricional | unidade | 60 |
| * Erradicação do analfabetismo | pessoa | 2.354 |
| * Estruturação e Manutenção do Conselho Estadual de Segurança Alimentar | conselho | 01 |
| * Fomento à Agricultura Familiar | unidade | 30 |
| * Implantação de Feiras Livres | feira | 05 |
| * Implantação de Hortas Familiares e Comunitárias | horta | 04 |
| * Implantação de Rádio Comunitária | comunitaria | 10 |
| * Implantação de Restaurantes Populares | Restaurante popular | 04 |
| * Incentivo à Produção e Consumo de Leite | litro | 131.400 |
| * Padarias Comunitárias | padaria | 04 |
| * Pequenos Empreendimentos | empreendimento os | 40 |
| * Redes de Comercialização Rural | unidade | 2 |
| * Supervisão da Implantação do Programa Cartão Alimentação no Piauí | município | 222 |

COORDENADORIA DE CONTROLE DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 16 – Modernização da Tecnologia de Informação | | |
| * Implementação de suporte tecnológico | | N/q |

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|-----------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 17 - Modernização da Gestão Pública | | |
| * Criação e operacionalização de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil | município | 223 |
| 34 - Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres | | |

| | | |
|--|--|-----|
| * Obras preventivas de desastres | | N/q |
| * Construção de cisternas | | N/q |
| 35 – Resposta aos desastres e acidentes | | |
| * Fundo especial de defesa civil | | N/q |
| * Recuperação de danos causados por acidentes | | N/q |
| * Proteção do patrimônio histórico existente no estado contra desastre | | N/q |
| * Socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres | | N/q |
| 40 – Saneamento e qualidade de vida | | |
| * Construção de fossas sépticas | | N/q |

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

| PROGRAMA/AÇÃO | META/2005 | |
|--|----------------|--------|
| | UNID. | QUANT. |
| 34 – Prevenção e Preparação para Emergências e | | |
| Desastres | | |
| * Implantação de unidades operacionais | unidade | 01 |
| * Prevenção de acidentes em áreas de lazer | evento | 12 |
| * Prevenção e combate a incêndio no aeroporto de Teresina | | N/q |
| *Vistorias técnicas | vistoria | 7.2000 |
| * Interiorização do Corpo de Bombeiros Militar | unidade | 02 |
| * Aquisição de equipamentos permanentes para o corpo de bombeiros militar do Estado. | | N/q |
| * Aquisição de uma Plataforma de Combate a Incêndio | escada Magirus | 01 |
| * Descentralização do Serviço Operacional em Teresina | unidade | 01 |

OBS: n/q = não quantificada